

**MUDANÇA PATRIMONIAL DOS BANCOS PRIVADOS EM CONTEXTO DE
ALTA INFLAÇÃO NO BRASIL***
*Luiz Fernando Rodrigues de Paula***

1. INTRODUÇÃO

O sistema bancário brasileiro, após um longo período de convivência com um regime de alta inflação, está passando, desde a implantação do Plano Real em julho de 1994, por um processo de adaptação e de ajustamento ao contexto de estabilização, que engloba desde um ajuste em sua estrutura patrimonial até um processo de fusões e incorporações de instituições bancárias. Esta reestruturação bancária, que no ano de 1995 esteve sob a ameaça de uma crise bancária de grandes proporções - enfrentada pelo Banco Central com a criação de um programa de financiamento para absorção de bancos problemáticos, o PROER¹ -, tem sido gradual e lenta, seja porque a configuração do sistema bancário deverá continuar, por um bom tempo, contaminada por práticas e comportamentos que foram típicos de um contexto de alta inflação, expressos por exemplo no curtuprazismo dos agentes (cf. FANELLI & FRENKEL, 1994), seja porque o comportamento dos bancos tem sido afetado por uma ambiente macroeconômico ainda atípico, como revela as altas taxas reais de juros praticadas pelo governo brasileiro e o grande crescimento da dívida pública interna. Deste modo, os ganhos obtidos com as operações de crédito, devido ao *spread* elevado entre as taxas de captação e aplicação de

* O presente artigo foi desenvolvido originalmente no âmbito do projeto de Estudos da Moeda e Sistema Financeiro, realizado no Instituto de Economia da UFRJ, com o apoio financeiro do CNPq. A versão atual corresponde, com modificações, à seção 3.4 de minha tese de doutorado (PAULA, 1997b) orientada por Paulo Davidoff Cruz, de quem agradeço as sugestões feitas ao texto original. Agradeço, ainda, as sugestões feitas pelos pareceristas anônimos. Erros e omissões são de minha inteira responsabilidade. Texto publicado na revista *Economia Aplicada*, v.2, n.1, p. 113-138, jan./mar. 1998.

**Professor da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FCE/UERJ). E-mail: lfpaula@ax.apc.org.

¹ PROER - Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional, instituído pela Medida Provisória n° 1.179, de 3/11/95, com prazo inicial para vigorar até o final de 1996, e prorrogado para o ano de 1997. Para uma análise da ameaça de uma crise bancária sistêmica no Brasil no período pós-Real e as razões pelos quais tal crise não ocorreu, ver CARDIM DE CARVALHO (1997).

recursos, e com as aplicações em títulos e valores mobiliários têm compensado, parcialmente, a redução drástica nas receitas com o *float*².

Esta artigo parte do pressuposto de que qualquer tentativa de se pensar ou procurar induzir redefinições na estrutura do sistema bancário brasileiro deve levar em consideração as transformações recentes que ocorreram no setor no contexto de alta inflação. De fato, na convivência com um regime de alta inflação, o sistema bancário brasileiro revelou grande capacidade de extrair vantagens do ambiente de instabilidade macroeconômica característica deste contexto, obtendo elevados índices de rentabilidade, crescendo em termos de dimensão e aumentando seu tamanho (medido pela sua participação no PIB do País), ao mesmo tempo que mostrou-se bastante funcional à forma como foi realizado o ajustamento da economia nos anos 80 e início dos 90, atuando como corretor da dívida pública e ofertando quase-moedas para atender a demanda por liquidez do público (cf. ALMEIDA, 1994).

A especificidade do caso brasileiro, em relação a outras experiências de alta inflação, é a de que o grande desenvolvimento e excelente performance do sistema bancário, em especial de seu segmento privado, só foi possível devido à existência de uma sofisticada e abrangente institucionalidade da *moeda indexada*³, construída a partir do tipo de arranjo estabelecido entre o Banco Central do Brasil (BACEN) e o sistema bancário na operacionalização do mercado aberto e no provimento de substitutos da moeda corrente. Em outras palavras, o desenvolvimento de tal institucionalidade foi a característica básica diferenciadora do fenômeno de alta inflação no Brasil com relação a outros países que passaram por experiências inflacionárias semelhantes e o elemento estrutural determinante do comportamento e desempenho do sistema bancário brasileiro em contexto de alta inflação. O fenômeno de substituição da moeda doméstica pela moeda estrangeira, que foi típico em vários países das América Latina, foi evitado no Brasil devido à provisão de

² De acordo com IBGE/DECNA (1997, seção 2.3), a relação receitas inflacionárias/PIB - ganhos resultantes da manutenção nos passivos dos bancos de saldos não-remunerados deduzidos os valores das contas ativas indisponíveis para aplicação - dos bancos comerciais (incluindo caixas econômicas) e bancos múltiplos caiu de 4,2% em 1993 para 2,0% em 1994 e 0,0% em 1995.

³ A *moeda indexada* é uma forma de quase-moeda que se refere a ativos financeiros que incorporam uma cláusula de seu valor de face em função de alguma referência externa (p.ex., da correção monetária). Tal institucionalidade se constituiu num desvirtuamento do sistema de indexação introduzido pelas reformas financeiras realizadas no Brasil em 1964/66. Ver, a respeito, MENDONÇA DE BARROS (1993).

substitutos domésticos pelo BACEN, em conjunto com o sistema financeiro, tendo como lastro títulos públicos com elevada liquidez. A institucionalidade da moeda indexada evitou assim que a alta inflação se degenerasse em uma hiperinflação aberta e na consequente fuga de ativos domésticos, ainda que às custas de uma maior e crescente fragilização financeira do setor público e de grandes distorções no funcionamento da economia, ocasionado pelo sancionamento generalizado do “curto-prazismo” (cf. CARNEIRO *et alli*, 1994, e PAULA, 1996).

Ademais, a grande capacidade de adaptação ao ambiente de alta inflação revelada pelo sistema bancário brasileiro, cuja participação no PIB tem sido superior a de outros países latino-americanos que passaram por processos inflacionários crônicos⁴, foi resultado, além do contexto macroeconômico específico do País, de *fatores internos* relacionados à dinâmica microeconômica do setor, ou seja, o elevado grau de difusão da automação bancária, a grande proliferação de inovações financeiras por parte das instituições bancárias - em particular no provimento de quase-moedas sob diferentes modalidades -, e uma forte diversificação no negócio bancário (novos serviços financeiros e para-financeiros)⁵.

O presente artigo analisa as mudanças na estrutura patrimonial ocorridas no sistema bancário privado, em especial no período 1980/93, num contexto de alta inflação e de moeda indexada no Brasil. Procura-se entender, por um lado, de que forma a adaptação dos bancos privados a este contexto refletiu-se em sua estrutura patrimonial, e, de outro, o padrão de comportamento mais geral e típico dos bancos no período analisado, além de identificar os elementos de mudança e continuidade na trajetória bancária do período. A ênfase dada ao segmento privado do sistema bancário se deve ao fato de que este foi o segmento que liderou as transformações recentes do setor, em termos de diferenciação de produtos e processos, de estabelecimento de novas estratégias na administração do portfólio bancário, de ajuste patrimonial e nos custos operacionais, de grau de difusão da automação bancária, de maior integração no mercado financeiro internacional etc. Quanto

⁴ Segundo IBGE/DECNA (1997, p.50), a participação das instituições financeiras no PIB no Brasil foi no período 1985/91, em média, de 12,6%, enquanto no Chile foi de 11,2%, Uruguai 9,8%, Peru 9,8%, Venezuela 2,6% e Equador 2,2%.

⁵ Estes aspectos são analisados em PAULA (1997b, cap.3).

o período escolhido - 1980/93 - entende-se que o início dos anos 80 marca uma inflexão na trajetória da economia brasileira: aceleração inflacionária, crise da dívida externa, política de ajustamento externo, crise fiscal-financeira do Estado etc. Todos estes elementos foram determinantes na mudança de comportamento do sistema bancário no período recente, evidenciado pelo rápido e profundo ajuste patrimonial realizado. O estudo termina em 1993/4 pelo fato de que inicia-se aí uma nova inflexão na trajetória inflacionária no País, a partir do Plano Real, saindo o Brasil de um contexto de alta para baixa inflação, abrindo uma nova etapa de ajustamento dos bancos.

A hipótese básica desenvolvida no texto é que ainda que se possa caracterizar um padrão geral de comportamento do sistema bancário no período, expresso na forma de ajuste patrimonial realizado - com crescimento das aplicações em títulos e valores mobiliários e em operações cambiais em detrimento das operações de crédito (sobretudo de médio de longo prazo) no lado da estrutura ativa, e o crescimento dos depósitos a prazo e vinculados ao mercado aberto *vis-à-vis* os depósitos à vista no lado da estrutura passiva - e na adoção de uma postura financeira mais cautelosa por parte dos bancos privados, expressa no baixo grau de alavancagem de suas operações ativas, não se pode estabelecer um comportamento homogêneo para os bancos em todo o período.

Em particular, ocorreram mudanças importantes na estrutura e dinâmica do sistema bancário privado a partir do final dos anos 80 e nos anos 90, com impactos sobre a estrutura patrimonial dos bancos, como reflexo de uma série de fatores, entre eles destacam-se: a alteração no marco legal-institucional do sistema financeiro através da reforma bancária de 1988, desregulamentando o setor e colocando um fim na compartimentação legal que existia até então, através da extinção da exigência de carta patente e criação dos bancos múltiplos; as mudanças ocasionadas pelo Plano Collor I e II no funcionamento do mercado monetário-financeiro, extinguindo o *overnight* para pessoas físicas e jurídicas não-financeiras e criando os FAFs (dando início à indústria de fundos de investimento no Brasil); a maior “extroversão” do sistema financeiro brasileiro intensificando suas operações com o exterior num quadro de reinserção do País no mercado financeiro internacional e de mudanças na legislação referente ao investimento

estrangeiro no mercado financeiro nacional⁶; a maior diferenciação de produtos e serviços bancários - como os serviços de intermediação de negócios, gestão de fusões e incorporações, administração de carteiras, serviços de engenharia financeira etc. - e de diversificação patrimonial dos bancos para a área não-financeira, como resultado da tentativa dos bancos, face à instabilidade macroeconômica e ao acirramento da concorrência bancária, de garantir condições de rentabilidade e conquistar maior fatia no mercado; e, por último, relacionado com este último aspecto, a adoção de uma postura financeira mais agressiva por parte dos bancos privados, expressa na elevação de seu grau de alavancagem⁷.

O artigo está dividido em três seções, além desta introdução. Na seção 2 analisa-se a postura financeira e estrutura patrimonial dos bancos privados, enquanto a seção 3 examina as mudanças na estrutura da ativo e do passivo bancário, além de focar os fundos de investimentos. A seção 4 - a título de conclusão - efetua algumas breves considerações finais ao artigo.

2. POSTURA FINANCEIRA E ESTRUTURA PATRIMONIAL

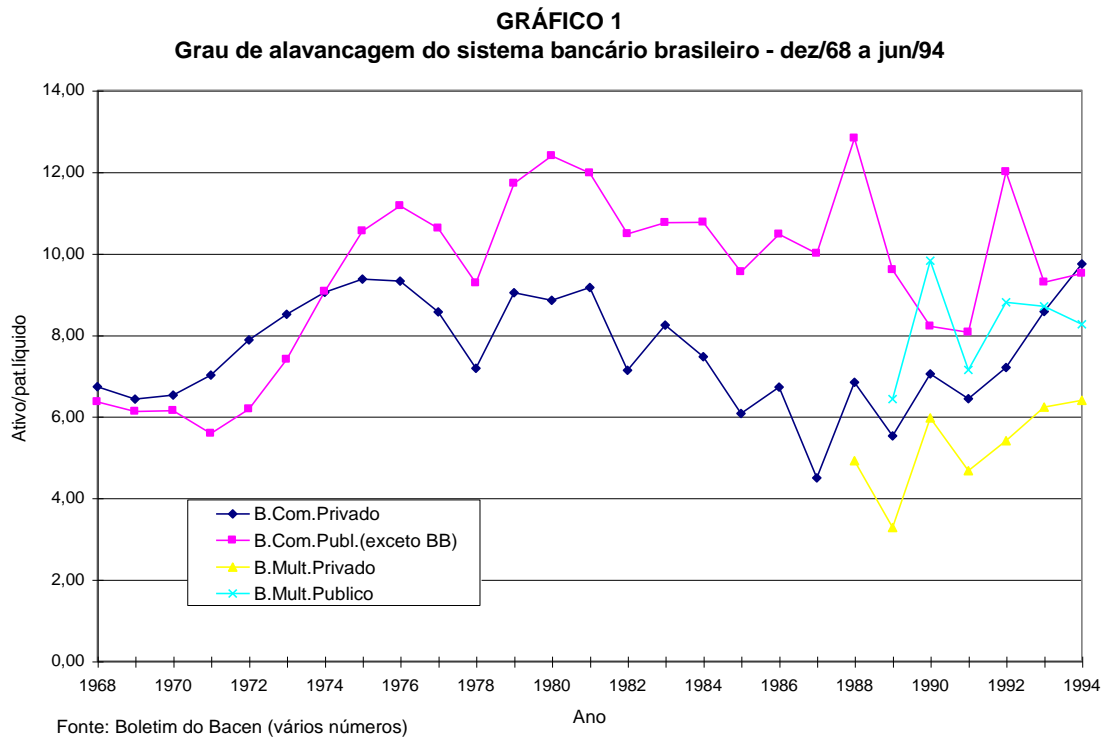
Um aumento no grau de alavancagem do banco significa uma participação maior de capitais de terceiros em relação ao total de aplicações, geralmente associada a uma postura financeira mais agressiva e arriscada do banco na alavancagem de suas operações ativas, o que ocorre normalmente em períodos de maior otimismo nos negócios da economia em geral e/ou de acirramento na concorrência no mercado bancário; um grau de alavancagem mais baixo, por sua vez, com uma participação relativamente maior de capital próprio no total do ativo, revela uma maior aversão ao risco do banco, ou seja,

⁶ A retomada do fluxo de recursos externos a partir de 1991 veio acompanhada por uma reformulação normativa, através da Resolução n° 1.832, de 31/5/91, que incluiu como parte integrante da Resolução n° 1.289 o Anexo IV. Este último normativo disciplinou o investimento, no País, em Carteira de Títulos e Valores Mobiliários mantida por investidores institucionais estrangeiros, permitindo ampla liberdade para alocação dos recursos nos ativos e nas operações admitidas, dispensando o atendimento de percentuais mínimos existentes nos outros Anexos. Ver, a respeito, ANDIMA (1996, cap. IV).

⁷ Para um aprofundamento de alguns destes tópicos, ver IESP/FUNDAP (1993).

uma postura mais cautelosa e conservadora por parte deste, associada normalmente a um período de pessimismo e maior incerteza nos seus negócios⁸.

Utiliza-se para medir o grau de alavancagem dos bancos brasileiros a razão risco-ativo (cf. REED & GILL, 1994: cap. 7), ou seja, a razão ativo ajustado (total do ativo menos encaixe bancário menos títulos do governo) sobre o capital próprio. Como os títulos públicos em geral, e especialmente no Brasil, constituem, em boa medida, reservas secundárias, esta razão ajustada reflete melhor a alavancagem do ativo dos bancos. Esta medida de adequação do capital pretende mostrar o grau de aversão ao risco do banco, assim como sua capacidade de absorver possíveis perdas.



Como pode ser observado no Gráfico 1, o grau de alavancagem dos bancos comerciais privados se eleva até meados dos anos 70, o que coincide com um período de grande aprofundamento financeiro no Brasil, no contexto de um ciclo de expansão

⁸ Segundo MINSKY (1986, cap.10), os bancos, movidos pelo processo de concorrência bancária e pela busca de maiores lucros, procuram aumentar sua escala de operação e elevar o *spread* bancário utilizando-se de duas estratégias: (i) elevação do lucro líquido por unidade monetária do ativo; (ii) aumento na relação entre ativo e capital próprio do banco (alavancagem).

econômica, expresso no forte crescimento dos ativos financeiros e dos empréstimos. Desde 1977, contudo, a alavancagem começa a declinar, processo este que se aprofunda a partir de 1981, quando se explicita o quadro de crise econômica no País, o que revela a adoção de uma postura mais conservadora na composição da estrutura patrimonial por parte dos bancos comerciais privados, especialmente nos anos 80. A partir de 1990 há uma nova inflexão na trajetória do grau de alavancagem dos bancos privados, observando-se que tanto os bancos comerciais quanto os múltiplos tiveram um quase que contínuo crescimento no grau de alavancagem (com exceção de 1991, em função dos efeitos do Plano Collor II), mostrando uma postura mais agressiva do segmento privado ocorrida num período caracterizado por um acirramento na concorrência bancária e de grande proliferação de inovações financeiras sob a forma de quase-moedas⁹.

A estrutura patrimonial dos bancos, em um contexto de alta inflação, evidenciou a *preferência por flexibilidade* destas instituições em um quadro de incerteza extremada, com sua estrutura se adaptando ao comportamento do portfólio privado característico de um regime de alta inflação¹⁰. Procurou-se, assim, através do encurtamento dos prazos das captações de recursos e sobretudo das aplicações realizar um “casamento” entre as estruturas ativa e passiva, diminuindo os riscos de taxas de juros e de liquidez sobre as operações de intermediação financeira¹¹.

No lado do passivo, o gerenciamento das obrigações por parte dos bancos procurou atender à demanda do público por quase-moedas, criando uma série de depósitos indexados e/ou de curto prazo, de modo que seus clientes pudessem se proteger da corrosão do poder de compra da moeda. Como pode ser visto no Quadro 1, houve

⁹ Note-se que a trajetória na alavancagem dos bancos públicos (não incluindo o Banco do Brasil) é diferente da dos bancos privados na década de 80, mantendo-se relativamente elevada durante quase toda a esta década, sendo que a partir do final dos anos 80 e nos 90 o grau de alavancagem tende a cair, num contexto em que vários bancos estaduais passaram a apresentar sérios problemas financeiros.

¹⁰ A noção de *preferência por flexibilidade* dos agentes, que procuram em um contexto de alta inflação estabelecer contratos em prazos mais curtos e/ou indexados como mecanismo de defesa ao aumento da incerteza, foi desenvolvido originalmente por FRENKEL (1990). Sua utilização para a análise da dinâmica da firma bancária em alta inflação, numa abordagem teórica, é feita em PAULA (1997a).

¹¹ Na alta inflação, o risco de taxas de juros se acentua devido a elevada volatilidade das taxas de juros nominais, o que pode conduzir a um descasamento de taxas, face a existência de maturidades diferentes entre a aplicação e captação de recursos por parte dos bancos, enquanto que o risco de liquidez pode aumentar devido ao encurtamento de maturidades nas obrigações dos bancos. Para se precaver destes riscos, os bancos procuram diminuir a maturidade média de seu ativo, crescendo a participação de ativos mais líquidos no total do ativo, elevando, assim, a margem de segurança em suas operações.

uma grande redução nos prazos mínimos de vencimento dos depósitos a prazo fixo nos anos 80, passando de 360 dias em 1979 para apenas 30 dias em 1989, o que evidencia o quanto o aperfeiçoamento das quase-moedas no Brasil privilegiou o desenvolvimento de ativos financeiros de maturidade curta e com alto grau de liquidez.

QUADRO 1
Evolução dos prazos mínimos de vencimento dos depósitos a prazo fixo e das letras de câmbio pré-fixadas - 1966/89

PERÍODO	DEPÓSITOS A PRAZO FIXO*		LETRAS DE CÂMBIO	
	Prazo mínimo	Base normativa	Prazo mínimo	Base normativa
julho/66 a dezembro/68	180 dias	Res.31 e Res.45	6 meses	Res.32 e Res.45
dezembro/68 a abril/75	6 meses sem CD 12 meses com CD	Resolução 104 e Resolução 105	não alterado (6 meses)	
abril/75 a abril/76	180 dias	Resolução 322	não alterado	
abril/76 a fevereiro/78	90 dias com CD 60 dias sem CD**	Resolução 367	90 dias	Resolução 367
fevereiro/78 a abril/79	180 dias	Resolução 461	180 dias	Resolução 461
abril/79 a setembro/79	360 dias	Resolução 530	não alterado	
setembro/79 a janeiro/84	180 dias	Resolução 566	não alterado	
janeiro/84 a agosto/84	90 dias***	Resolução 894	não alterado	
agosto/84 a junho/85	180 dias	Resolução 941	não alterado	
junho/85 a fevereiro/86	90 dias	Resolução 1019 e Resolução 1085	90 dias	Resolução 1019 e Resolução 1085
fevereiro/86 a maio/89	60 dias	Resolução 1012	60 dias	Resolução 1012
a partir de maio/89	30 dias	Circular 1484	30 dias	Circular 1484

Fonte: Banco Central do Brasil, in MINELLA (1995: 119)

OBS: (*) Depósitos a prazo fixo de bancos comerciais e de investimento; a partir da Resolução 941, os prazos desses depósitos dos bancos de desenvolvimento sempre se igualam aos dos bancos comerciais e de desenvolvimento.

(**) Depósitos com prazo inferior a 180 dias não podem superar a 20% do total; depois foi reduzido para 10% (Res.431/77).

(***) Depósitos com prazo inferior a 180 dias não podem superar a 30% do total.

No lado do ativo, os bancos procuravam administrar um ativo cujo *turnover* fosse mais rápido, aumentando a participação de formas mais líquidas de aplicações na composição do ativo, ao mesmo tempo que para evitar os efeitos do imposto inflacionário

sobre os seus recursos, as instituições bancárias procuravam diminuir a participação de reservas primárias no total do ativo, mantendo-a a um nível mínimo, elevando em contrapartida suas reservas secundárias, constituída sobretudo por aplicações em títulos públicos. A título de ilustração, a Tabela 1 mostra que a participação do ativo circulante no total do ativo de nove grandes bancos privados era superior a 65% no período 1991/93, enquanto a participação relativa do ativo realizável a longo prazo era inferior a 18%. Da mesma forma, a participação do passivo circulante - obrigações de curto termo - no total do passivo era superior a 78% no mesmo período.

TABELA 1
Estrutura Patrimonial, Depósitos e Operações de Crédito de Nove Grandes Bancos Privados* - 1991/1993
(R\$ bilhões de dez/94)**

Discriminação	Valores constantes de dez/94			Variação real (%)		Participação relativa (%)***		
	1991	1992	1993	1991/92	1992/93	1991	1992	1993
Ativo Circulante	39,01	48,94	72,08	25,4%	47,3%	66,2%	68,7%	73,6%
Ativo Realizável a Longo Prazo	10,13	12,64	14,97	24,8%	18,4%	17,2%	17,8%	15,3%
Ativo Permanente	9,80	9,65	10,89	-1,6%	12,9%	16,6%	13,5%	11,1%
Ativo Total	58,94	71,23	97,94	20,8%	37,5%	100,0%	100,0%	100,0%
Passivo Circulante	46,35	56,27	76,38	21,4%	35,7%	78,6%	79,0%	78,0%
Passivo Exigível a Longo Prazo	2,27	4,52	9,72	99,4%	115,0%	3,8%	6,3%	9,9%
Patrimônio Líquido	10,34	10,32	11,72	-0,1%	13,6%	17,5%	14,5%	12,0%
Passivo Total	58,94	71,23	97,94	20,8%	37,5%	100,0%	99,8%	99,9%
Depósitos Totais	27,65	35,48	43,07	28,3%	21,4%	46,9%	49,8%	44,0%
Operações de Crédito (total)	17,77	20,23	29,34	13,8%	45,0%	30,2%	28,4%	30,0%

Fonte: DIEESE/Linhas Bancárias, a partir de dados do balanço patrimonial dos bancos ao final do ano.

OBS:(*) Inclui os seguintes bancos: Bradesco, Itaú, Unibanco, Bamerindus, Mercapaulo, Econômico, Nacional, Real e BCN.

(**) Valores deflacionados pelo IGP-DI.

(***) Participação relativa dos Depósitos Totais é em relação ao Passivo Total e das Operações de Crédito ao Ativo Total.

3. ESTRUTURA PATRIMONIAL DOS BANCOS PRIVADOS¹²

¹² Os dados do balanço patrimonial do sistema bancário privado que são analisados a seguir, com base nos Boletins do BACEN, referem-se aos bancos comerciais até 1988 e, a partir deste ano, aos bancos múltiplos, cujo segmento privado tinha já em 1989 uma participação no total dos ativos do sistema bancário (público e privado) de 38,2% atingindo a 68,4% em 1993, enquanto que os bancos comerciais passaram de 16,7% em 1989 para 1,1% em 1993 do total de ativos (cf. PAULA, 1997b, p.121). Os bancos múltiplos, que surgiram inicialmente da incorporação de uma série de instituições financeiras especializadas, foram criados pela Resolução do CMN n°1.524, que desregulamentou o sistema financeiro brasileiro, através da extinção da exigência da carta patente. Sobre a reforma bancária de 1988, ver BARBOSA (1995).

3.1. A estrutura do ativo bancário

Na década de 70, as operações de crédito e os encaixes voluntários e compulsórios tinham predomínio no total do ativo dos bancos comerciais, sendo pequena a participação relativa das aplicações em títulos e valores mobiliários, em particular dos títulos públicos (ver Tabelas 2 e 3). A expansão do crédito bancário no período (crédito ao consumidor e crédito de curto e médio termo para as firmas) esteve vinculada em grande medida às oscilações do ciclo econômico, num período marcado por elevadas taxas de crescimento econômico¹³. Ao final dos anos 70 e na primeira metade dos anos 80, as mudanças na conjuntura macroeconômica, na própria política econômica e na forma como se deu o ajuste macroeconômico no contexto da crise da dívida externa no País¹⁴ tiveram forte impacto sobre a estrutura patrimonial dos bancos comerciais.

O ajuste patrimonial, no lado da estrutura do ativo, significou um crescimento em termos absolutos e relativos nas operações cambiais/DRME e nas aplicações em títulos e valores mobiliários, com participação preponderante dos títulos públicos (que até então tinham uma participação pequena no total das aplicações em títulos dos bancos em relação aos títulos privados), e um declínio relativo nos empréstimos (exceção de 1985/86) e nos encaixes voluntários, sendo este último devido a reação dos bancos aos efeitos do aumento do imposto inflacionário sobre as suas disponibilidades. O forte crescimento da rubrica “operações cambiais e DRME”, em 1977/84, deve-se em grande medida aos depósitos feitos pelos bancos junto ao Banco Central sob a forma de depósitos registrados em moeda estrangeira, procurando neutralizar, assim, os riscos de desvalorização cambial sobre seu passivo externo, num período marcado por graves problemas relacionados ao setor externo da economia.

A contração relativa do crédito por parte dos bancos comerciais privados é verificada desde 1976¹⁵ e se aprofunda a partir de 1980, quando ocorre uma diminuição

¹³ Para uma análise sobre a expansão do setor financeiro no Brasil *vis-à-vis* os ciclos da economia brasileira nos anos 70, ver ZINI Jr. (1982, cap.3).

¹⁴ Para uma análise do processo de ajustamento da economia brasileira nos anos 80 no quadro da crise da dívida externa, ver BELLUZZO & ALMEIDA (1992).

¹⁵ Em contrapartida à retração nos empréstimos por parte das instituições financeiras privadas na segunda metade da década de 70, acompanhando a diminuição no ritmo do investimento privado, as instituições financeiras públicas - destacando-se em particular aqueles que compunham o SFH - expandiram suas

dos empréstimos destinados ao setor privado não-financeiro, explicado tanto pelo aumento do risco do crédito em um contexto de forte instabilidade macroeconômica - que tende a se agravar na alta inflação devido ao risco de que o preço ou rendimento particular do devedor não acompanhe o índice arbitrado no contrato financeiro, que é tanto maior quanto mais alta for a taxa de inflação - quanto pelo baixo crescimento econômico típico do período¹⁶. Simultaneamente, crescem os empréstimos ao setor público não-financeiro (empresas estatais e governos, sobretudo os estaduais), que era, naquela conjuntura, cliente de menor risco, atingindo em 1989 cerca de 65% do total de crédito do sistema bancário (público e privado).

TABELA 2
Principais Contas do Ativo do Balanço Patrimonial dos Bancos Comerciais Privados - 1968/88
(valores em R\$ bilhões de dez/94)

Fim do período	Encaixe volun- tário*	%	Encaixe compul- sório**	%	Aplic. em títu- los***	%	Empré- stimos to- tais****	%	Oper. cambiais e DRME	%	Perma- nente	%	Demais contas *****	%	Total do ativo	%
1968	1,91	8,8	3,33	15,4	0,35	1,6	12,25	56,7	0,83	3,8	1,83	8,5	1,10	5,1	21,59	100,0
1969	1,84	7,2	3,51	13,7	0,50	2,0	14,86	58,0	0,90	3,5	1,99	7,8	2,01	7,8	25,61	100,0
1970	1,76	6,3	3,72	13,3	0,57	2,1	16,50	59,2	1,01	3,6	2,00	7,2	2,28	8,2	27,86	100,0
1971	2,34	6,8	4,09	11,9	0,99	2,9	20,91	61,1	1,73	5,1	2,01	5,9	2,18	6,4	34,25	100,0
1972	3,19	7,1	4,73	10,6	1,27	2,8	26,43	59,1	2,73	6,1	2,28	5,1	4,08	9,1	44,70	100,0
1973	4,12	7,8	6,31	11,9	1,47	2,8	31,79	60,0	3,50	6,6	2,33	4,4	3,48	6,6	53,00	100,0
1974	3,80	7,1	5,02	9,3	2,21	4,1	33,32	61,9	4,34	8,1	2,30	4,3	2,85	5,3	53,84	100,0
1975	3,57	6,1	4,90	8,4	3,15	5,4	37,99	65,3	3,24	5,6	2,62	4,5	2,68	4,6	58,16	100,0
1976	4,75	7,6	7,16	11,5	3,64	5,8	38,52	61,7	3,51	5,6	2,53	4,1	2,29	3,7	62,40	100,0
1977	3,85	5,5	9,52	13,7	2,99	4,3	41,98	60,3	5,54	8,0	3,08	4,4	2,67	3,8	69,63	100,0
1978	4,42	5,3	9,56	11,4	2,92	3,5	47,02	56,3	9,65	11,5	6,27	7,5	3,74	4,5	83,59	100,0
1979	3,34	4,0	8,12	9,6	2,69	3,2	45,91	54,3	12,43	14,7	6,99	8,3	5,09	6,0	84,58	100,0
1980	2,34	3,2	6,26	8,6	5,67	7,8	37,74	52,1	10,51	14,5	6,11	8,4	3,82	5,3	72,45	100,0
1981	3,43	4,0	5,03	5,9	7,88	9,2	41,53	48,6	16,08	18,8	8,20	9,6	3,22	3,8	85,37	100,0
1982	1,80	2,0	5,29	6,0	12,04	13,7	41,12	46,7	15,38	17,5	10,13	11,5	2,30	2,6	88,06	100,0
1983	0,39	0,4	3,51	3,9	7,96	8,8	36,30	40,3	28,93	32,1	9,38	10,4	3,69	4,1	90,16	100,0
1984	0,61	0,7	5,51	6,0	6,24	6,8	38,80	42,2	26,05	28,3	10,21	11,1	4,49	4,9	91,91	100,0
1985	0,90	1,1	4,00	5,1	7,70	9,8	39,43	50,2	14,54	18,5	10,42	13,2	1,64	2,1	78,62	100,0
1986	0,92	0,9	12,35	11,7	10,25	9,7	60,74	57,6	10,34	9,8	12,22	11,6	-1,30	-1,2	105,52	100,0
1987	0,44	0,5	4,90	5,6	24,34	27,9	36,80	42,2	8,88	10,2	11,65	13,4	0,17	0,2	87,19	100,0
1988	0,29	0,6	0,61	1,2	19,73	39,1	27,09	53,7	9,40	18,6	6,27	12,4	-12,97	-25,7	50,41	100,0

Fonte: Boletim do Banco Central do Brasil (vários números). Valores deflacionados pelo IGP-DI.

OBS: (*) Engloba disponibilidades em caixa, depósitos no Banco do Brasil e Letras do Tesouro Nacional.

operações de crédito no período, exercendo, junto com os gastos públicos, um papel anti-cíclico na economia. Ver, a respeito, ZINI Jr. (1982, cap.3) e ALMEIDA *et alli* (1988, cap.1).

¹⁶As exceções são os anos de 1985 e 1986, que tiveram elevadas taxas de crescimento econômico acompanhadas por uma forte expansão no crédito bancário, sobretudo em 1986, ano do Plano Cruzado.

(**) Engloba encaixes compulsórios em moeda e em títulos públicos.

(***) Inclui, além dos títulos e haveres públicos e privados, "outros" títulos não classificados, além da provisão para desvalorização (subtraído do valor global).

(****) Engloba empréstimos ao setor privado, setor público e a instituições financeiras.

(*****) Inclui, entre outros, rendas a receber, a partir de 1981, e operações interfinanceiras compromissadas, a partir de 1988.

Quanto aos outros itens do ativo bancário, observa-se que a participação da conta “permanente” aumenta a partir de 1986, o que se deve principalmente ao crescimento nos investimentos em automação bancária e modernização tecnológica por parte dos bancos, assim como em participações em empresas coligadas e controladas no País, efetuados a partir de então¹⁷. O saldo negativo no item “demais contas” em 1988/89 é decorrente da inclusão, nesses anos, do saldo das operações interfinanceiras compromissadas, cujo valor é negativo por incluir os depósitos vinculados ao mercado aberto (passivo bancário).

TABELA 3
Principais Contas do Ativo do Balanço Patrimonial dos Bancos Comerciais Privados - 1968/89:
taxa de crescimento real (%)

Fim do período	Encaixe voluntário	Encaixe compulsório	Aplicações em títulos (publ.+priv.)	Empréstimos totais	Operações cambiais e DRME	Permanente (invest., imobil. e difer.)	Demais contas (saldo liq.)	Total do ativo
1968	-	-	-	-	-	-	-	-
1969	-3,7	5,6	43,1	21,3	8,5	8,8	83,5	18,6
1970	-4,0	5,9	13,6	11,0	12,8	0,7	13,7	8,8
1971	32,8	10,0	72,0	26,7	71,1	0,6	-4,6	23,0
1972	36,5	15,5	28,8	26,4	57,6	13,3	87,1	30,5
1973	29,1	33,5	15,8	20,3	28,3	2,2	-14,7	18,6
1974	-7,7	-20,4	50,1	4,8	24,0	-1,4	-18,1	1,6
1975	-6,1	-2,3	42,7	14,0	-25,3	13,9	-6,0	8,0
1976	33,0	46,1	15,3	1,4	8,3	-3,6	-14,2	7,3
1977	-18,9	32,9	-17,7	9,0	57,9	22,0	16,2	11,6
1978	14,8	0,4	-2,4	12,0	74,2	103,4	40,4	20,0
1979	-24,4	-15,1	-7,9	-2,4	28,8	11,5	36,1	1,2
1980	-30,0	-22,9	110,7	-17,8	-15,4	-12,7	-25,0	-14,3
1981	46,4	-19,6	38,8	10,0	52,9	34,3	-15,7	17,8
1982	-47,4	5,1	52,9	-1,0	-4,4	23,5	-28,5	3,2
1983	-78,5	-33,6	-33,9	-11,7	88,2	-7,4	60,1	2,4
1984	57,3	57,0	-21,5	6,9	-10,0	8,9	21,7	1,9
1985	47,3	-27,4	23,3	1,6	-44,2	2,0	-63,5	-14,5
1986	1,8	208,7	33,1	54,0	-28,8	17,3	-179,5	34,2
1987	-51,4	-60,3	137,5	-39,4	-14,1	-4,7	-113,3	-17,4

¹⁷ A partir do Plano Cruzado, quando a abrupta queda nas receitas do *float* obrigou os bancos a se reestruturarem, a automação bancária passou a estar associada predominantemente ao esforço de racionalização e redução de custos. Ao final dos anos 80, outro processo importante que ocorre no sistema bancário é o de *diversificação patrimonial para a área não-financeira*, que se tornou uma alternativa para investimento de retorno a longo prazo, no contexto de uma estratégia defensiva de se procurar novas fontes de receitas através da formação de uma carteira diversificada de ações de empresas não-financeiras.

1988	-34,1	-87,6	-19,0	-26,4	5,8	-46,2	-7570,9	-42,2
------	-------	-------	-------	-------	-----	-------	---------	-------

Fonte: Tabela 2. Valores deflacionados pelo IGP-DI.

Em 1990/91, no contexto dos Planos Collor I e II¹⁸, aumentaram sobremaneira os depósitos compulsórios junto ao Banco Central (ver Tabela 4), seja em função dos recolhimentos decorrentes do Plano Collor I, seja devido a própria adoção de uma taxa de compulsório mais elevada, como parte de uma política monetária mais restritiva. Ademais, caem fortemente as aplicações em títulos e valores mobiliários, em particular em títulos públicos, e há um aumento da participação relativa das operações de crédito (que cresce pouco em termos absolutos), apesar da recessão econômica desses anos.

TABELA 4
Principais Contas do Ativo do Balanço Patrimonial dos Bancos Múltiplos Privados - 1988/93
(valores em bilhões de reais de dez/94)

Fim do ano	Disponibilidades		Dep. compuls. BCB ¹		Aplic. tit., val. mobil. ²		Oper. interfinanc. comprom ³		Oper. cred. e arrend. merc. ⁴		Oper. cambiais hav. ext. ⁵		Permanente		Total do Ativo ⁶	
	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	
1988	0,22	0,7	4,06	12,4	15,22	46,7	-5,83	-17,9	11,40	35,0	1,77	5,4	3,94	12,1	32,61	100,0
1989	0,73	1,1	4,90	7,2	33,10	48,6	-25,05	-36,8	30,60	45,0	11,84	17,4	9,35	13,7	68,06	100,0
1990	0,58	0,7	23,92	28,8	8,77	10,5	-6,90	-8,3	33,29	40,0	12,20	14,7	8,29	10,0	83,19	100,0
1991	0,61	0,7	13,51	15,8	3,69	4,3	4,67	5,5	32,30	37,8	12,62	14,8	14,31	16,7	85,44	100,0
1992	0,48	0,4	4,45	4,0	19,44	17,3	10,11	9,0	42,88	38,2	19,01	16,9	14,88	13,3	112,19	100,0
1993	0,47	0,4	4,64	3,5	15,87	11,9	17,47	13,1	55,13	41,4	24,74	18,6	15,16	11,4	133,25	100,0

Fonte: Boletim do Banco Central do Brasil (Suplemento Estatístico) de março de 1995. Valores nominais deflacionados pelo IGP-DI.

OBS:(1) Engloba reservas compulsórias em espécie, depósitos especiais remunerados, depósitos em moeda estrangeira no BCB, recolhimentos decorrentes do Plano Collor I e depósitos compulsórios do SBPE.

(2) Total líquido: inclui, além dos títulos públicos e privados, "outros" títulos e subtrai as rendas a apropriar e provisão para desvalorização de títulos.

(3) Saldo líquido. Inclui títulos e valores a elas relacionados sob a denominação " financiamentos concedidos-rendas a liquidar" e os valores da antiga rubrica do Passivo "depósitos vinculados ao mercado aberto" sob a denominação "financiamentos tomados-recompras a liquidar".

(4) Total efetivo, ou seja, subtrai rendas a apropriar.

(5) Inclui operações cambiais realizadas pelos bancos no País e aplicações em haveres no exterior.

(6) O total engloba outras contas do ativo não incluídas nos itens anteriores.

¹⁸ O Plano Collor I, implantado em março de 1990, em um contexto que o Brasil estava à beira de uma hiperinflação, realizou uma ampla reforma monetária com o objetivo de alongar compulsoriamente o prazo de uma grande parte dos saldos dos haveres financeiros do País, congelando boa parte desses ativos. O Plano Collor II foi implantado em fevereiro de 1991, num quadro de rápido crescimento da liquidez financeira e de reaceleração inflacionária, e, entre suas principais medidas, extinguiu os depósitos de *overnight* para pessoas físicas e jurídicas não-financeiras, substituindo-o pelo Fundo de Aplicação (FAF), composto em grande parte de aplicações em títulos públicos, que passou a absorver os recursos de curtíssimo prazo da economia. Ambos os planos tiveram fortes impactos sobre a institucionalidade do mercado aberto e a expansão das quase-moedas no Brasil.

Em 1992/93 há um forte crescimento real nas operações de crédito e arrendamento mercantil (32,8% de 1991 a 1992 e 28,6% de 1992 a 1993), decorrente, no lado do ofertante de crédito, da crescente disponibilidade de recursos externos, repassados em condições e prazos mais favoráveis, e da emissão de obrigações em moeda estrangeira por parte dos bancos; do lado da demanda por crédito, do processo de reestruturação de dívidas - troca de crédito de curto termo por outros de mais longo termo - por parte das grandes empresas nacionais e transnacionais (principalmente do setor industrial), muitas das quais ligadas ao setor exportador, e, em 1993, do aumento na demanda por crédito devido ao crescimento da produção industrial.

TABELA 5
Principais Contas do Ativo do Balanço Patrimonial dos Bancos Múltiplos Privados - 1988/93:
taxa de crescimento real (%)

Fim do período	Disponibilidades	Depósitos compuls. no BCB	Aplic. em tit. e val. mobiliários	Oper.interf. compromis. (saldo liq.)	Oper.cred. e arrend. mercantil	Operações cambiais e hav.externo	Permanente	Total do Ativo
1988	-	-	-	-	-	-	-	-
1989	233,1	20,9	117,4	329,4	168,5	568,3	137,7	108,7
1990	-20,3	387,7	-73,5	-72,5	8,8	3,0	-11,3	22,2
1991	4,4	-43,5	-57,9	-167,7	-3,0	3,4	72,5	2,7
1992	-21,5	-67,1	427,3	116,7	32,8	50,7	4,0	31,3
1993	-1,7	4,4	-18,4	72,8	28,6	30,1	1,9	18,8

Fonte: Tabela 4. Valores deflacionados pelo IGP-DI.

Além das operações de crédito, crescem também em 1992/93 as operações cambiais e as operações com haveres externos, evidenciando a importância dessas operações em um contexto de maior “extroversão” do sistema financeiro em um quadro de crescente globalização financeira. A partir de 1991 há um grande incremento nas aplicações no item “permanente”, revelando um novo aumento dos investimentos em automação bancária por parte dos bancos, em um ambiente de acirrada concorrência bancária na disputa pelo ampliação de seu *market share*, assim como em participações em empresas coligadas e controladas no País, no contexto do processo de diversificação patrimonial dos bancos de médio e grande porte¹⁹. As aplicações em títulos e valores mobiliários declinam em 1990/91, em função dos Planos Collor I e II, mas voltam a

crescer fortemente em 1992 e 1993, sobretudo em títulos públicos, que funcionavam como reserva secundária dos bancos e lastro para a apropriação dos ganhos com o *float* por parte dos bancos. Da mesma forma, aumentaram, nesses anos, as aplicações interfinanceiras compromissadas²⁰, revelando, por um lado, a maior importância que o mercado interbancário passou a ter no provimento de reservas entre os bancos e, de outro, o crescimento dos acordos de recompra com títulos públicos, com o restabelecimento pleno do mecanismo da zeragem automática no período pós-Plano Collor II (cf. CARNEIRO & GARCIA, 1994)

TABELA 6
Principais Contas do Passivo do Balanço Patrimonial dos Bancos Comerciais Privados - 1968/88
(valores em bilhões de reais de dez/94)

Fim do ano	Dep. à vista		Dep. a Prazo (1)		Obrig.c/ autorid. mon.(2)		Obrig. c/ entid.fin. ofic.(3)		Obrig. p/ arrecad. (4)		Oper. cambiais (5)		Recursos próprios (6)		Total Passivo (7)	
	valor	%	valor	%	valor	%	valor	%	valor	%	valor	%	valor	%	valor	%
1968	13,96	64,7	1,71	7,9	1,12	5,2	0,43	2,0	0,68	3,2	1,09	5,1	2,60	12,0	21,59	100,0
1969	15,51	60,6	1,76	6,9	1,58	6,2	0,48	1,9	0,86	3,4	2,16	8,4	3,26	12,7	25,61	100,0
1970	16,43	59,0	2,13	7,7	1,50	5,4	0,65	2,3	0,87	3,1	2,69	9,7	3,58	12,8	27,86	100,0
1971	18,26	53,3	2,80	8,2	1,57	4,6	1,20	3,5	2,17	6,3	4,02	11,7	4,23	12,3	34,25	100,0
1972	22,13	49,5	4,19	9,4	2,03	4,5	1,51	3,4	2,99	6,7	3,47	15,5	4,95	11,1	44,71	100,0
1973	27,76	52,4	4,31	8,1	2,16	4,1	1,29	2,4	2,86	5,4	8,67	16,4	5,96	11,2	53,00	100,0
1974	26,80	49,8	3,95	7,3	2,60	4,8	1,60	3,0	3,54	6,6	9,55	17,7	5,80	10,8	53,84	100,0
1975	29,86	51,3	4,35	7,5	4,28	7,4	1,77	3,0	3,74	6,4	7,87	13,5	6,29	10,8	58,16	100,0
1976	27,41	43,9	5,07	8,1	4,13	6,6	1,99	3,2	4,09	6,6	12,62	20,2	7,09	11,4	62,40	100,0
1977	26,88	38,6	7,47	10,7	5,06	7,3	2,35	3,4	4,63	6,7	14,87	21,4	8,37	12,0	69,63	100,0
1978	27,38	32,8	11,44	13,7	4,53	5,4	2,71	3,2	4,55	5,4	21,98	26,3	10,99	13,1	83,59	100,0
1979	26,63	31,5	11,78	13,9	3,56	4,2	2,74	3,2	3,80	4,5	27,23	32,2	8,84	10,5	84,58	100,0
1980	22,10	30,5	7,46	10,3	3,32	4,6	2,18	3,0	3,80	5,2	26,16	36,1	7,44	10,3	72,45	100,0
1981	20,30	23,8	8,22	9,6	4,31	5,0	2,22	2,6	4,24	5,0	35,81	41,9	10,30	12,1	85,40	100,0
1982	16,67	18,9	10,39	11,8	4,09	4,6	2,69	3,1	4,47	5,1	37,76	42,9	11,99	13,6	88,07	100,0
1983	10,44	11,6	10,77	11,9	2,31	2,6	1,74	1,9	2,06	2,3	50,70	56,2	12,14	13,5	90,16	100,0
1984	8,99	9,8	16,54	18,0	0,72	0,8	1,23	1,3	3,26	3,5	48,70	53,0	12,47	13,6	91,91	100,0
1985	12,57	16,0	17,18	21,9	0,17	0,2	1,06	1,4	2,15	2,7	32,25	41,0	13,24	16,8	78,62	100,0
1986	32,05	30,4	30,90	29,3	0,25	0,2	1,30	1,2	1,89	1,8	23,68	22,4	15,43	14,6	105,52	100,0
1987	10,92	12,5	35,98	41,3	1,16	1,3	1,63	1,9	1,51	1,7	21,00	24,1	15,00	17,2	87,19	100,0
1988	2,36	4,7	16,88	33,5	0,07	0,1	1,48	2,9	0,75	1,5	17,16	34,0	9,12	18,1	50,41	100,0

Fonte: Boletim do Banco Central do Brasil (vários números). Valores deflacionados pelo IGP-DI.

OBS:(1) Inclui outros depósitos e, a partir de 1986, os depósitos interfinanceiros (líquidos).

(2) Engloba empréstimos do BCB (inclusive redesconto) e fundos e programas de financiamentos.

(3) Engloba obrigações junto ao BNH, FINAME, BNDE, CEF, órgãos estaduais e outras instituições financeiras públicas.

¹⁹ Ver, a respeito, IESP/FUNDAP (1993).

²⁰ Como já assinalado anteriormente, o saldo negativo na rubrica “operações financeiras compromissadas” em 1988/89 se deve fundamentalmente aos valores relacionados aos depósitos vinculados ao mercado aberto (passivo), que no auge da moeda indexada concentrava a maior parte das aplicações do público.

- (4) Engloba obrigações por empréstimos externos (Resolução n.63) e obrigações em moedas estrangeiras.
- (5) Inclui patrimônio líquido e contas de resultado.
- (6) Em 1989 o total do passivo inclui obrigações para pagamentos a efetuar e obrigações para valores a incorporar, que não estão discriminados em nenhuma das contas da tabela.

3.2. A estrutura do passivo bancário

No lado do passivo, observa-se na década de 70 um claro predomínio dos depósitos à vista nas obrigações por haveres financeiros dos bancos comerciais (ainda que declinante a partir de 1976), embora a participação dos depósitos a prazo seja crescente no período, particularmente a partir de 1978/79, quando a inflação volta a acelerar no Brasil e aumenta a demanda do público por ativos financeiros indexados e/ou de curto prazo, dando início ao processo de substituição do *dinheiro monetário* pelo *dinheiro financeiro* (cf. TAVARES, 1983). As obrigações dos bancos junto às autoridades monetárias (redesconto e empréstimos) e junto às entidades financeiras oficiais (empréstimos e repasses) têm peso relativamente importante, e esta dependência dos bancos com relação aos empréstimos e repasses do governo foi apontada por alguns autores como uma das características centrais do sistema financeiro no período²¹, chegando a representar a mais de 10% do total do passivo bancário em 1975 (ver Tabela 6). Ademais, destacam-se também as obrigações cambiais a partir de 1973, devido principalmente as repasses de recursos externos via Resolução n° 63²², num contexto em que as taxas de juros internas elevadas *vis-à-vis* as taxas externas tornavam altamente atraente a captação de recursos externos por parte das instituições financeiras.

Ao longo dos anos 80, contudo, há uma profunda alteração na composição do passivo bancário, acentuando algumas tendências que vinham ocorrendo a partir de meados dos anos 70, em um quadro de instabilidade macroeconômica que caracterizou o período: crise fiscal/financeira do Estado, aceleração inflacionária, ajustamento externo na primeira metade dos anos 80 e sucessivos fracassos dos planos de estabilização a partir de 1986. No lado do passivo, houve uma diminuição significativa em termos absolutos e relativos nos depósitos à vista e nas obrigações junto às autoridades monetárias e às

²¹ Ver, em particular, MOURA DA SILVA (1979).

²² A Resolução n° 63, do Conselho Monetário Nacional, permite a captação de recursos externos, sob a forma de repasse, por parte das instituições financeiras autorizadas a operar no Brasil.

entidades financeiras oficiais, e um aumento real nos depósitos a prazo (incluindo os depósitos interfinanceiros) e, sobretudo, nas operações cambiais. Tais modificações expressam, por um lado, a preferência do público por depósitos e ativos indexados e de grande liquidez em um contexto de alta inflação, e, de outro, o aprofundamento da crise fiscal/financeira do Estado no contexto de ajustamento externo, o que acarretou uma diminuição nos repasses internos das entidades financeiras oficiais e dos empréstimos do Bacen para os bancos²³.

TABELA 7
Principais Contas do Passivo do Balanço Patrimonial dos Bancos Comerciais Privados - 1968/88:
taxa de crescimento real (%)

Fim do período	Depósitos à vista	Depósitos à prazo	Obrigações c/ autor.monet.	Obrig. c/ entid. financ.oficiais	Obrig. por arrecad.	Operações cambiais	Recursos próprios	Total do passivo
1968	-	-	-	-	-	-	-	-
1969	11,1	2,9	41,3	9,6	27,1	97,6	25,7	18,6
1970	5,9	21,3	-4,9	36,0	0,7	24,8	9,7	8,8
1971	11,1	31,6	4,3	86,2	148,9	49,4	18,1	23,0
1972	21,2	49,3	29,2	25,1	37,7	72,1	17,2	30,5
1973	25,4	3,0	6,6	-14,5	-4,3	25,3	20,3	18,6
1974	-3,4	-8,4	20,5	24,0	23,8	10,1	-2,6	1,6
1975	11,4	10,1	64,2	11,0	5,8	-17,6	8,4	8,0
1976	-8,2	16,6	-3,5	12,0	9,4	60,4	12,7	7,3
1977	-2,0	47,1	22,7	18,4	13,2	17,9	18,1	11,6
1978	1,9	53,3	-10,6	15,3	-1,8	47,8	31,4	20,0
1979	-2,7	3,0	-21,4	0,9	-16,5	23,9	-19,6	1,2
1980	-17,0	-36,7	-6,8	-20,5	0,0	-3,9	-15,9	-14,3
1981	-8,1	10,2	29,8	2,2	11,6	36,9	38,6	17,9
1982	-17,9	26,4	-5,1	21,1	5,4	5,5	16,4	3,1
1983	-37,4	3,7	-43,4	-35,5	-54,0	34,3	1,2	2,4
1984	-13,9	53,5	-68,9	-29,2	58,5	-3,9	2,7	1,9
1985	39,8	3,9	-76,8	-13,5	-33,9	-33,8	6,2	-14,5
1986	155,1	79,8	51,3	22,3	-12,1	-26,6	16,5	34,2
1987	-65,9	16,4	360,1	25,4	-20,5	-11,3	-2,8	-17,4
1988	-78,4	-53,1	-94,3	-9,3	-50,0	-18,3	-39,2	-42,2

Fonte: Tabela 6. Valores deflacionados pelo IGP-DI.

As operações cambiais tiveram participação importante no período 1976/84, em boa medida explicada pela captação de recursos externos via Resolução n° 63, num

²³ Quanto aos empréstimos do BACEN aos bancos, sua diminuição se deve também à existência do mecanismo da zeragem automática dos títulos públicos, que permitia que os bancos tivessem acesso automático a recursos junto ao BACEN. Este tinha o compromisso informal de recomprar esses títulos ao

quadro de grandes restrições quantitativas ao crédito e de elevadas taxas de juros internas²⁴. Os depósitos à vista, que perfaziam em meados dos anos 70 cerca de metade do total do passivo dos bancos comerciais privados, começam a partir daí a perder importância relativa no passivo dos bancos comerciais privados, caindo fortemente a partir de 1980. Esta retração reflete a intensidade do processo de desmonetização da economia num quadro de elevada e persistente inflação, por um lado, e o provimento de substitutos domésticos sob a forma de quase-moedas por parte dos bancos, de outro. Este processo se acentua a partir de 1987, com a recrudescimento do processo inflacionário, quando a participação dos depósitos à vista no total do passivo alcança níveis ínfimos (ver Tabela 6)

TABELA 8
Principais Contas do Passivo do Balanço Patrimonial dos Bancos Múltiplos Privados - 1988/93
(valores em R\$ bilhões de dez/94)

Fim do ano	Dep. à vista	%	Obrig. p/hav. financ. ¹	%	Obrig. p/emprest.e repas.int. ²	%	Obrig. espe-ciais ³	%	Obrig. e repasse ext. ⁴	%	Oper. cam-biais ⁵	%	Recur-sos pró-prios	%	Outras contas Pas. ⁶	%	Total do Pas-sivo	%
1988	3,29	10,1	15,47	47,4	0,53	1,6	-	-	2,06	6,3	0,17	0,5	6,17	18,9	4,93	15,1	32,61	100,0
1989	3,05	4,5	23,68	34,8	2,22	3,3	-	-	11,76	17,3	2,84	,2	14,81	21,8	9,70	14,3	68,06	100,0
1990	5,56	6,7	20,61	24,8	3,55	4,3	21,32	25,6	13,52	16,3	1,55	1,9	12,89	15,5	4,18	5,0	83,19	100,0
1991	4,71	5,5	27,78	32,5	3,05	3,6	9,54	11,2	15,56	18,2	1,42	1,7	18,44	21,6	4,93	5,8	85,44	100,0
1992	3,47	3,1	47,22	42,1	4,37	3,9	0,64	0,6	18,56	16,5	10,80	9,6	20,72	18,5	6,42	5,7	112,20	100,0
1993	2,41	1,8	54,43	40,8	4,83	3,6	0,35	0,3	27,37	20,5	13,29	10,0	21,64	16,2	8,93	6,7	133,25	100,0

Fonte: Boletim do Banco Central do Brasil (Suplemento Estatístico) de março de 1995. Valores deflacionados pelo IGP-DI.

OBS:(1) Engloba depósitos de poupança, depósitos a prazo, letras de câmbio, letras hipotecárias, DER e outros e, ainda, saldo líquido dos depósitos interfinanceiros.

(2) Engloba obrigações junto ao Banco Central (empréstimos de liquidez e outras linhas de crédito) e junto ao Tesouro Nacional, SFH, BNDES, CEF, FINAME e outras instituições financeiras oficiais.

(3) Obrigações decorrentes do Plano Collor I e fundos e programas.

(4) Inclui obrigações de curto prazo (empréstimos e depósitos em moeda estrangeira) e a longo prazo (empréstimos e repasses via Resolução n.63, subtraído as despesas a apropriar).

(5) Engloba as operações cambiais realizadas no País pelos bancos.

(6) Inclui, além das obrigações por arrecadações, obrigações para pagamentos a efetuar e obrigações para valores a incorporar.

final do dia quando fosse necessário aos bancos, tornando dispensável na prática o uso de linhas de desconto de liquidez por parte destes. Ver, a respeito, PAULA (1996, seção 2).

²⁴ A política econômica contencionista começou a ser adotada em 1976, sob a gestão do Ministro Simonsen, procurando, através da compressão do crédito com liberação da taxa de juros e do controle do gasto público total, atingir o duplo objetivo de combater a inflação e amenizar o problema do financiamento das contas externas. Após o curto interregno da “heterodoxia desastrosa” de Delfim Netto em 1979/80, a adoção do ajuste no balanço de pagamentos foi realizada através de uma política fortemente contracionista.

Concomitantemente, tanto as obrigações junto às autoridades monetárias quanto junto às entidades financeiras oficiais declinam em termos absoluto e relativo a partir 1983 (ver Tabelas 6 e 7), expressando a perda de importância dos empréstimos e repasses do Banco Central (o redesconto de liquidez perdeu sentido com a existência do mecanismo da zeragem automática) e dos empréstimos das entidades financeiras públicas aos bancos privados (principalmente sob a forma de repasses que haviam sido importantes nos anos 70), caindo também as obrigações por arrecadação, o que está relacionado em boa medida à diminuição nos prazos de recolhimento dos tributos por parte do governo. A rubrica “depósitos a prazo”, por sua vez, continua a crescer nos anos 80, sobretudo a partir de 1986, devido particularmente ao aumento dos depósitos indexados e/ou de curto prazo e das contas remuneradas²⁵. Da mesma forma, crescem os recursos próprios dos bancos, que servem como principal base de *funding* dos investimentos em automação bancária por parte dos bancos e em participações em empresas controladas e coligadas no País. Ao final da década de 80, como resultado da preferência dos aplicadores por ativos líquidos, sob a forma de moeda indexada, as aplicações no *overnight* passam a concentrar a maioria das aplicações do público.

TABELA 9
Principais Contas do Passivo do Balanço Patrimonial dos Bancos Múltiplos Privados - 1988/93:
taxa de crescimento real (%)

Fim do período	Depósitos à vista	Obrig. p/ hav. financeiras (exceto DV)	Obrig. por emprest. e repasse int.	Obrigações especiais	Obrigações e repasses externos	Operações cambiais	Recursos próprios	Outras contas do Passivo	Total do Passivo
1988	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1989	-7,4	53,1	322,8	-	470,3	1607,1	140,0	96,8	108,7
1990	82,7	-13,0	59,9	-	15,0	-45,4	-12,9	-56,9	22,2
1991	-15,3	34,8	-14,1	-55,3	15,1	-8,3	43,1	17,9	2,7
1992	-26,4	70,0	43,2	-93,3	19,2	659,6	12,3	30,2	31,3
1993	-30,4	15,3	10,5	-45,6	47,5	23,1	4,4	39,1	18,8

Fonte: Tabela 8. Valores nominais deflacionados pelo IGP-DI.

²⁵ A reaceleração inflacionária ocorrida após o fracasso do Plano Cruzado ocasionou a completa generalização das quase-moedas na economia e a concentração da riqueza financeira no curtíssimo prazo, movimento esse iniciado com a constituição dos fundos de aplicação de curto prazo em outubro de 1986, passando pela criação das contas remuneradas, até chegar ao final dos anos 80 com todas as aplicações pré-fixadas possuindo vencimento não superior a 30 dias.

Em 1990/91, é importante a participação das obrigações especiais decorrentes do Plano Collor I no total do passivo bancário, que passam a ser devolvidas posteriormente via Depósitos Especiais Remunerados - DER. Ademais, mantém-se baixa a participação dos depósitos à vista e das obrigações por empréstimos e repasses internos e das obrigações por arrecadação, crescendo em contrapartida as obrigações por haveres financeiros, as obrigações e repasses externos e os recursos próprios (patrimônio líquido e provisões), como mostram as Tabelas 8 e 9.

TABELA 10
Bancos Múltiplos Privados - Obrigações por Haveres Financeiros - 1988/94

(saldos em milhões de dólares)*

Final per.	Dep. à vista		Dep. poupança		Dep. a prazo		L. câmbio		L. hipotec.		DER		Outras		Total	
	saldo	%	saldo	%	saldo	%	saldo	%	saldo	%	saldo	%	saldo	%	saldo	%
dez/88	1,6	15,3	7,41	69,9	1,5	14,6	0,0	0,1	-	0,0	-	0,0	0,0	0,1	10,6	100,0
dez/89	1.911,3	11,7	8.360,65	51,1	5.905,9	36,1	85,7	0,5	63,9	0,4	-	0,0	48,9	0,3	16.376,3	100,0
dez/90	3.677,0	20,8	4.504,72	25,5	9.114,4	51,6	100,9	0,6	226,3	1,3	-	0,0	24,8	0,1	17.648,1	100,0
dez/91	2.874,8	13,6	5.595,87	26,5	10.776,6	51,1	3,8	0,0	401,6	1,9	1.404,9	6,7	31,6	0,1	21.089,1	100,0
jun/92	2.164,3	7,9	6.483,22	23,6	15.501,1	56,5	3,4	0,0	473,2	1,7	2.816,1	10,3	17,5	0,1	27.458,9	100,0
dez/92	2.293,1	7,1	7.555,21	23,5	19.624,0	61,0	13,6	0,0	290,5	0,9	2.377,1	7,4	32,0	0,1	32.185,6	100,0
jun/93	1.723,8	5,4	8.414,08	26,5	19.585,5	61,7	26,1	0,1	257,7	0,8	1.735,6	5,5	17,4	0,1	31.760,1	100,0
dez/93	1.703,3	4,6	10.384,77	28,1	23.247,9	62,8	27,7	0,1	304,2	0,8	1.313,5	3,5	21,7	0,1	37.003,1	100,0
jun/94	1.990,8	4,6	11.304,09	26,0	28.582,8	65,8	3,2	0,0	384,2	0,9	1.125,9	2,6	29,8	0,1	43.420,8	100,0

Fonte: Boletim do Banco Central do Brasil (Suplemento Estatístico), de março de 1995.

OBS: (*) Valores originais correntes convertidos em dólares pela taxa de câmbio comercial do fim de período.

A novidade, do lado do passivo, no início da década de 90, é o grande aumento em termos absoluto e relativo dos depósitos a prazo - para onde foi dirigida uma boa parte das aplicações dos fundos de investimento - e, em menor grau, dos depósitos de poupança, que melhoraram sua atratividade a partir da criação da poupança com datas múltiplas (ver Tabela 10). Por outro lado, há forte crescimento da participação das obrigações e repasses externos e, em menor grau, das operações cambiais, o que se deve principalmente ao movimento recente de abertura financeira da economia brasileira e ao forte diferencial entre as taxas de juros interna e externa, favorecendo o repasse de recursos via Resolução nº 63, e, também, ao incremento de novas operações externas, como securitização, emissão de títulos de dívida direta por parte dos bancos no mercado internacional etc. Há, ainda, um razoável crescimento dos recursos próprios, que, como já foi destacado, serve de base de *funding* para os investimentos em automação bancária e

em empresas coligadas e controladas, sendo que estes dois processos se intensificaram na primeira metade da década de 90²⁶.

3.3. Fundos de investimentos

Desenvolvida, fundamentalmente, a partir do Plano Collor II, a indústria de fundos de investimento cresceu muito em 1991/94, inicialmente com o Fundo de Aplicação Financeira - FAF (para onde foi canalizada boa parte dos recursos antes aplicados nos depósitos vinculados ao mercado aberto e nas contas remuneradas) e, em 1992/94, com o forte crescimento da captação dos Fundos de *Commodities* (criado em agosto de 1992) e, em menor grau, com os Fundos de Renda Fixa. Esses dois últimos, por proporcionarem um melhor rendimento que os FAFs, passaram a concorrer com estes na captação de recursos sob a forma de quase-moedas (ver Tabela 11). Tais fundos, que em suas várias modalidades combinavam operações com títulos públicos e privados, mercados interbancário e de futuros, operações de securitização, além de mercado de câmbio e de ouro, direcionavam suas aplicações predominantemente para títulos públicos e privados.

Os FAFs²⁷, devido às suas características de quase-moeda e de baixa exigência para o valor mínimo de aplicação, tornaram-se uma importante fonte de aplicação de recursos para os segmentos de média e de mais baixa renda (tal como as cadernetas de poupança), funcionando como uma espécie de conta remunerada, uma vez que seu resgate, na maioria das instituições financeiras, ocorria automaticamente de acordo com os saques na conta corrente do cliente. Os Fundos de *Commodities* tiveram um papel de destaque entre as alternativas de investimento, face à sua característica de liquidez imediata após um período de carência de 30 dias e da atratividade de sua rentabilidade, em

²⁶ De acordo com dados estimados pela FEBRABAN, foram investidos em automação bancária no Brasil os seguintes valores (em dólares): 1,0 bilhão em 1990, 1,0 bilhão em 1991, 2,7 bilhões em 1992, 3,0 bilhões em 1993 e 4,1 bilhões em 1994.

²⁷ O Fundo de Aplicação Financeira (FAF), que ficou conhecido como “fundão”, constituiu-se num esforço do governo em restaurar um mercado para os títulos públicos, instituindo a obrigatoriedade de se aplicar pelo menos 43% de seus recursos em títulos do Tesouro ou em depósitos junto ao BACEN que rendiam à taxa de referência diária (TR), 10% para a compra de Títulos de Desenvolvimento Econômico (TDE) - que financiariam investimentos de médio e longo prazos -; 3% para aquisição de títulos do Fundo de Desenvolvimento Social, administrado pela CEF; 2% mantidos em depósitos à vista para cobrir eventuais saques líquidos de recursos; e os 42% remanescentes poderiam ser aplicados a critério das instituições administradoras em títulos dos governos estaduais e em títulos privados.

TABELA 11
Fundos Mútuos de Investimento - 1987/94

(US\$ milhões)*

Período	FAF		RENDA FIXA		COMMODITIES		AÇÕES	
	Patrimônio Líquido	Captação Líquida	Patrimônio Líquido	Captação Líquida	Patrimônio Líquido	Captação Líquida	Patrimônio Líquido	Captação Líquida
1987 Dez	-	-	927	-41	-	-	636	-14
1988 Dez	-	-	1488	276	-	-	767	-9
1989 Dez	-	-	2058	241	-	-	1091	4
1990 Dez	-	-	438	46	-	-	301	-6
1991 Dez	9630	784	1929	371	-	-	558	4
1992 Jan	10362	517	1711	-264	-	-	811	81
Fev	10223	-192	2092	273	-	-	744	-14
Mar	10574	220	2368	183	-	-	809	-1
Abr	10529	240	2840	389	-	-	912	-42
Mai	10750	118	2540	-339	-	-	898	3
Jun	10347	448	2390	-184	-	-	659	-28
Jul	10323	-124	2328	-110	-	-	699	-8
Ago	10031	150	2458	90	17	-	677	4
Set	10230	182	2647	104	474	460	708	9
Out	10218	15	2525	-154	1364	987	644	0
Nov	10624	482	3010	426	3716	2615	572	-18
Dez	10663	32	2636	-441	5159	2174	615	-1
1993 Jan	9751	-331	2272	-233	4024	-803	588	5
Fev	10588	948	3181	805	3775	-273	660	0
Mar	10053	-550	3289	-152	3516	-281	832	66
Abr	8900	-904	3276	-31	3236	-250	832	0
Mai	8429	-313	3533	175	3531	172	1018	29
Jun	8534	161	3639	61	4075	508	1172	119
Jul	8590	113	3729	63	5424	1170	1175	-8
Ago	7912	-565	5462	1433	9551	3400	1342	69
Set	7958	-148	4669	-666	8260	-1327	1532	85
Out	7842	85	4947	-71	7978	-331	1434	85
Nov	8008	220	5367	295	8202	89	2047	219
Dez	7801	-356	5736	-17	8680	358	2467	290
1994 Jan	7475	-240	5827	-34	9745	596	2449	-202
Fev	7786	363	6026	74	11316	1450	2577	-2
Mar	7406	-323	6355	159	13696	1841	3469	47
Abr	7330	164	6783	137	15541	1134	2974	-30
Mai	6098	-919	6968	-25	17313	1164	3043	57
Jun	3726	-1222	7111	27	117519	52	3237	145

Fonte: Boletim do Banco Central do Brasil de novembro de 1993 e de setembro de 1994.

OBS: (*) Valores originais em cruzeiros reais convertidos em dólares pela taxa de câmbio comercial do fim de período.

função da maior liberdade na composição de sua carteira, enquanto que os Fundos de Renda Fixa, apesar da boa rentabilidade, apresentavam patrimônio líquido menor do que os FAFs e os *Commodities* devido ao período de carência para os saques, de 28 em 28 dias, semelhante ao das cadernetas de poupança para pessoas físicas (30 dias). Os Fundos de Ações, por sua vez, apresentavam menor atratividade do que os outros fundos em função de seu perfil mais arriscado, enquanto que fundos como *Commodities* e Renda Fixa proporcionavam boa rentabilidade e alta liquidez.

Os fundos de investimento se tornaram uma das áreas de maior concorrência do sistema financeiro, expresso no rápido crescimento de seu patrimônio, seja pelo fato de representarem uma importante fonte de receita para as instituições financeiras, através da cobrança de taxas de administração de fundos, seja pelo fato de que boa parte de seus recursos eram aplicados em títulos privados de emissão dos próprios bancos.

4. CONCLUSÃO

Este artigo analisou as transformações na estrutura patrimonial que ocorreram no sistema bancário privado no Brasil em um contexto de alta inflação e de moeda indexada, mostrando que em dois momentos houve uma mudança na trajetória dos bancos privados no período 1980/93: o primeiro, ao final dos anos 70 e início dos 80 no bojo do processo de ajustamento externo; o segundo, ao final dos anos 80 e início dos 90, a partir de uma série de mudanças efetuadas no mercado financeiro, entre as quais, a reforma bancária de 1988 desregulamentando o setor e as modificações realizadas pelo Plano Collor II.

Como visto inicialmente, com o fim das receitas inflacionárias, no contexto de estabilização pós-Plano Real, o sistema bancário brasileiro entrou numa fase de adaptação e de ajustamento a este ambiente, dando início a uma nova trajetória bancária no País, o que se reflete diretamente na estrutura patrimonial dos bancos, em função do processo de remonetização da economia e do início do alongamento na maturidade das obrigações dos bancos. Contudo, ajustes mais profundos e permanentes no sistema bancário ainda não foram realizados. Na medida em que a experiência internacional possa servir de parâmetro (cf. IBGE/DECNA, 1997, cap.3) deve-se esperar uma redução no tamanho do sistema financeiro brasileiro, medido pela sua participação no produto do País. Todavia, como o

ajustamento do setor bancário é um processo lento e gradual, devendo demorar ainda mais alguns anos, qualquer estudo sobre a adaptação deste setor à baixa inflação terá, neste momento, um caráter provisório²⁸. Ainda, assim, fica a sugestão para uma nova pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, J.S.G. *et alli*. Evolução e impasses do crédito. *Relatório de pesquisa n. 4*. São Paulo: IESP/FUNDAP, 1988.
- ALMEIDA, J.S.G. *Crise econômica e reestruturação de empresas e bancos nos anos 80*. Tese de doutorado. Campinas: UNICAMP/IE, 1994.
- ANDIMA. *Brasil para investidores estrangeiros*. Rio de Janeiro: Andima, 1996.
- BARBOSA, F.H. El sistema financiero brasileño. In *Sistema bancários y financieros en America Latina*. Buenos Aires: CIEDLA, 1995.
- BELLUZZO, L.G.M. & ALMEIDA, J.S.G. A crise da dívida e suas repercussões sobre a economia brasileira. In BELLUZZO, L.G.M. & BATISTA Jr., P.N. (org.). *A luta pela sobrevivência da moeda nacional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- CARDIM DE CARVALHO, F.J. Price stability and banking sector distress in Brazil after 1994. *Textos para Discussão n. 388*. Rio de Janeiro: Instituto de Economia da UFRJ, 1997.
- CARNEIRO, D.D. *et alli*. Strengthening the financial sector in the Brazilian economy. *Texto para Discussão n. 307*. Rio de Janeiro: PUC, 1993.
- CARNEIRO, D. D. & GARCIA, M. G. P. Flujos de capital y control monetário bajo sustitución domestica de dinero: la reciente experiencia brasileña. In STEINER, R.(org.), *Afluencia de Capitales y Estabilización em America Latina*. Bogotá: TM Editores, 1994.
- CYSNE, R.P. & COSTA, S.G.S. Reflexos do Plano Real sobre o sistema bancário brasileiro. *Ensaio Econômico EPGE n. 279*. Rio de Janeiro: EPGE/FGV, 1996.
- FANELLI, J.M. & FRENKEL, R. *Estabilidad y estructura: interacciones en el crecimiento economico*. Mimeo. Buenos Aires: CEDES, 1994.
- FRENKEL, R. Hiperinflação: o inferno tão temido. In REGO, J.M. (org.). *Inflação e Hiperinflação: interpretação e retórica*. São Paulo: Bernal, 1990.
- IBGE/DECNA. *Sistema financeiro: uma análise a partir das contas externas, 1990-1995*. Rio de Janeiro: IBGE/ANDIMA, 1997.

²⁸ Ver, por exemplo, CYSNE & COSTA (1996).

- IESP/FUNDAP. *Estratégias e padrão de rentabilidade dos bancos múltiplos privados (1988-92)*. Projeto “O novo formato institucional do sistema financeiro brasileiro”. São Paulo: IESP/FUNDAP, 1993.
- MENDONÇA DE BARROS, L.C. A moeda indexada: uma experiência brasileira. *Economia e Sociedade*, n. 2, agosto de 1993.
- MINELLA, A. *A indexação dos contratos financeiros em contexto de alta inflação: o caso brasileiro (1964-1990)*. Dissertação de mestrado. Campinas: IE/UNICAMP, 1995.
- MINSKY, H. *Stabilizing an unstable economy*. New Haven: Yale University Press, 1986.
- MOURA DA SILVA, A.M. *Intermediação financeira no Brasil*. Mimeo. São Paulo: IPE/USP, 1979.
- PAULA, L.F.R. Liquidez e zeragem automática: crítica da crítica. *Estudos Econômicos*, v. 26, n. 3, set./dez. 1996.
- PAULA, L.F.R. Dinâmica da firma bancária em alta inflação. *Revista de Economia Política*, v. 17, n. 1, jan./mar. 1997a.
- PAULA, L.F.R. *Comportamento dos bancos em alta inflação: teoria e experiência brasileira recente*. Tese de doutorado. Campinas: IE/UNICAMP, 1997b.
- REED, E. & GILL, E. *Bancos comerciais e múltiplos*. São Paulo: Makron Books, 1994.
- TAVARES, M.C. O sistema financeiro brasileiro e o ciclo de expansão recente. In BELLUZZO, L.G. & COUTINHO, R. (org.), *Desenvolvimento capitalista no Brasil* n. 2. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- ZINI Jr., A. *Uma avaliação do setor financeiro no Brasil*. Dissertação de mestrado. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1982.